4º SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS
MEMÓRIA, PACTOS E AÇÕES CONTRA O FEMINICÍDIO
26, 27 e 28 de agosto

PSICANÁLISE E QUESTÕES SOCIOPOLÍTICAS: A ESCUTA PSICANALÍTICA NA PREVENÇÃO DE FEMINCÍDIOS PELA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Bruna Maria de Souza/PUCPR

(brunaa_ms@hotmail.com)

Diante do fenômeno do feminicídio, a psicanálise, enquanto área de conhecimento e campo de escuta do sofrimento humano, tem se interrogado de que modo se responsabilizar por tal questão. Considerando a dimensão sociopolítica do sofrimento, ou seja, a compreensão de que o sofrimento de um sujeito, inevitavelmente, se apresenta articulado a marcadores sociais como gênero, raça e classe social, foi pensado o projeto de extensão "Psicanálise e questões sociopolíticas". Tal prática de extensão acontece em um dos cursos de graduação de Psicologia da PUCPR e tem como objetivo ofertar a escuta psicanalítica para além dos espaços tradicionais. A prioridade é ofertar uma escuta do sofrimento psicológico para pessoas marginalizadas no que se refere ao acesso a diferentes serviços, sobretudo, o atendimento psicológico, seja por conta do seu território, classe social e outros possíveis marcadores de diferença. Justamente por conta da dificuldade de acesso a diferentes direitos, considera-se o direito de escuta um dos que se pode contribuir. Assim, a proposta justifica-se pela marginalização de algumas populações em acessar o direito mínimo de ser escutado em seu sofrimento psicológico. Para tanto, graduandos participantes do projeto têm frequentado diferentes instituições, destacando neste trabalho a República Feminina. Trata-se de uma instituição que acolhe mulheres que vivenciaram diferentes experiências de violência. A partir da presença na instituição e da disponibilidade em escutar as acolhidas, ainda que em poucos meses, é notável a circulação da palavra e, naturalmente, de diferentes histórias silenciadas pela violência contra a mulher. Aposta-se que, ao transitar em diferentes espaços, a psicanálise pode se responsabilizar por uma sociedade mais justa, na qual mais pessoas, sobretudo mulheres vulneráveis, tenham acesso à escuta e possam, assim, tomar conhecimento de sua história e se posicionar do modo que desejar para que sua trajetória tenha sentido para si.

Palavras-chave: Psicanálise; Escuta psicanalítica; Feminicídios; Prática extensionista.

É amplamente sabido que a psicanálise se funda quando Sigmund Freud (1856-1939) se dispõe a escutar um grupo marginalizado da época: as mulheres, logo nomeadas como histéricas. Assim, a partir do discurso deste grupo, muito se soube sobre o que sustentava o sofrimento destas mulheres e, inevitavelmente, questões políticas da época também emergiram.

Ao longo de sua história, a psicanálise seguiu ouvindo mulheres. No entanto, felizmente, o entendimento por mulheres não se estagnou com o tempo, mas seguiu sendo tensionado e problematizado conforme a vida em civilização demandou. Desse modo, a psicanálise, além de escutar as mulheres em seu sofrimento na dimensão individual, passou a também considerar e nomear como a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016).

Para Rosa (2016),

> "a política apresenta-se em duas faces: não apenas como poder e domínio sobre o sujeito, mas também como a ação no espaço entre as relações, ou seja, aquela que tem no horizonte a produção do mundo comum" (p.23).

Interessa a este trabalho, sobretudo, a segunda face da política mencionada pela autora. Nesta, entende-se por política 'a produção do mundo comum'. A partir disso, pode-se compreender o lugar social que cada mulher ocupa e, por conta deste lugar, suas possibilidades e limites de construir sua vida e seus laços.

Mas, anteriormente ao lugar que a mulher ocupa, vale a questão: De que mulher estamos falando? Na época de Freud, em sua maioria, as histéricas escutadas eram mulheres cis, brancas, europeias, heterossexuais, pertencentes a famílias da época da classe média. Não é delas que pretendemos escrever neste trabalho.

Quando a psicanálise aposta em escutar ocupando outros territórios que não os tradicionais, novos sujeitos passam a ter acesso ao método psicanalítico e, por sua vez, a psicanálise passa a ter que dar conta, inclusive epistemologicamente, de novos discursos e modos de sofrimento. Essa é a aposta da prática extensionista que sustenta este trabalho.

A psicanálise, portanto, ao se implicar politicamente com seu tempo passa a ter acesso a diferentes discursos e seus efeitos no laço social. Segundo Rosa (2016), “os discursos que circulam num dado tempo indicam os modos de pertencimento possíveis para cada sujeito, atribuindo a cada um valores, lugares e posições no laço” (p.24). Assim, os discursos produzidos e propagados na sociedade influenciam, minimamente, as possibilidades de existir de cada sujeito.

Por conta disto, quando nos dispomos a sustentar uma clínica psicanalítica em instituições que acolhem sujeitos atravessados por inúmeras vulnerabilidades, escutamos sujeitos que, muitas vezes, por conta de um desamparo discursivo, não poderiam acessar a escuta paga a algum profissional.

Ao sair do seu lugar de sempre, a psicanálise deixa de escutar os sujeitos de sempre. E quem nos aparece então? Mulheres. Quais mulheres? Na apresentação de “Transfeminismo” (Nascimento, 2021), Dijamila Ribeiro afirma que

> “[...] as feminilidades e as mulheridades, assim como o feminismo, não são homogêneas, atravessando mulheres transexuais e travestis em suas próprias vivências e performances de resistência ao CIStema de gênero” (p.14).

Vale destacar a provocação com a palavra ‘CIStema’. De fato, quando fala-se em mulheres, ainda nos vem imagens estereotipadas. Nossa prática extensionista, assim como autoras trans historicamente silenciadas, tem a pretensão de trazer à tona o que não é considerado mulher.

E para pensarmos esse ‘CIStema’, torna-se fundamental considerar suas interseccionalisdades. No que se refere a mulheres, partimos do gênero, mas é necessário incluir também vários outros, sobretudo, a raça e a classe. É a partir da integração e tensionamento destes marcadores sociais que se torna possível uma reflexão mais crítica e atual sobre o feminicídio.

Comecemos pelo gênero, portanto. Segundo a antropóloga argentina Segato (2025),

> “O patriarcado é entendido, assim, como pertencente ao estrato simbólico e, em linguagem psicanalítica, como a estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valores entre as personagens da vida social. A posição do patriarca é, portanto, uma posição no campo simbólico, que se transpõe em significantes variáveis no curso das interações sociais. Por essa razão, o patriarcado é, ao mesmo tempo, norma e projeto de autorreprodução [...]” (p.11).

A estrutura patriarcal contemporânea, desse modo, age de modo inconsciente ao conduzir e influenciar valores e afetos nas relações sociais. Consequentemente, legitimando e autorizando algumas existências e outras, não. Assim, enquanto norma e projeto essa estrutura se sustenta como referência, como CIStema para o que cabe no pacto civilizatório e o que deve ser considerado uma ameaça a ele.

Ainda no que se refere aos possíveis efeitos dessa hierarquia por gênero que nos atravessa, Segato (2025) provoca ao afirmar que

> "[...] comparado com outros exemplos etnográficos, a construção ocidental de gênero é uma das menos criativas, uma das menos sofisticadas, pois engessa a sexualidade, a personalidade e os papéis sociais no dimorfismo anatômico de maneira muito mais esquemática que outras culturas não ocidentais" (p.12).

Organizar, portanto, uma dinâmica social reduzida ao gênero, ainda que prometa alguns ganhos aos que dela podem se beneficiar, custa para todos. No entanto, incomparavelmente, desde sempre, para mulheres.

Historicamente tidas como objeto, propriedade e território, as mulheres sempre compuseram tal dinâmica, mas de modo passivo e coadjuvante. E, por mais custoso que seja à mulher ser vinculada enquanto algo de algum homem, não o ser pode custar ainda mais. É nesse sentido que Segato (2025) afirma que "[...] como território, a mulher e, mais especificamente, o acesso sexual a ela, é um patrimônio, um bem pelo qual os homens competem entre si" (p.28).

Ou seja, o acesso a algumas mulheres, a depender de quais mulheres trata-se, pode adquirir valores diversos. Se o acesso a mulheres que estão em alguma relação com um homem envolve a autorização ou não deste, o que se pode pensar de mulheres que supostamente não pertencem a homem algum? Ou, mais: Numa sociedade patriarcal, torna-se mais viável ou seguro, pertencer a um homem mediante um relacionamento ou não pertencer a nenhum e, assim, a todos?

Somado a essa configuração, a autora inclui na discussão o arranjo das cidades atuais em prol da modernização. Segundo ela, "A fórmula de Brasília, baseada em grandes distâncias e pouca comunidade, constitui o caldo de cultivo ideal para esse crime [o estupro]" (p.34). Dessa forma, em alguma medida, a disposição das cidades contribui para a fragilidade dos laços sociais, tornando o outro mais objetificado por conta da fragilidade ou nulidade de vínculos entre as diferentes comunidades da cidade. Logo, afetos como empatia, alguma sensibilidade com o sofrimento do outro e derivados ficam comprometidos.

Tal arranjo urbano contribuiria para certo retorno de uma dimensão perversa da sociedade. Para Segato (2025), através desse lado perverso "[...] reemerge o direito natural de apropriação do corpo feminino quando percebido em condições de desproteção, ou seja, o afloramento de um estado de natureza" (p.34). Assim, em que medida esta disposição urbana pode contribuir para o fenômeno do feminicídio atualmente?

Assim como já mencionado, um dos objetivos deste trabalho é tentar fazer uma leitura ético-política do feminicídio e tal postura demanda um movimento isento de pressa por qualquer resposta. Verifica-se, portanto, que a emergência do feminicídio tem sido contribuída e alimentada por inúmeros fatores. Sigamos nessa investigação pela escuta de outros autores.

Considerando a noção de que o corpo da mulher é público, estando numa relação amorosa ou não, Segato (2025) nos lembra da dimensão disciplinadora e moralizante da violência. No caso do estupro, ela afirma que este "[...] é percebido como um ato disciplinador e vingador contra uma mulher abordada de forma genérica" (p.35). Ainda, alega que com o movimento moderno de 'exacerbação da autonomia das mulheres', produziu-se uma tensão nas relações de gênero. Podemos supor que o feminismo, em alguma medida, pode ter contribuído para os feminicídios enquanto uma espécie de reação?

Diante deste cenário patriarcal, caminhamos para uma próxima questão: "Mas como definir quem pode ou não ser sujeita do feminismo?" (Nascimento, 2021, p.25). Se tomamos como elementos da equação feminicídio os diversos pontos já mencionados, quais mulheres são mortas? O que torna um sujeito mulher? Mais uma vez, é nesse sentido que se aposta nossa prática extensionista: extrapolar a noção de mulher, extrapolando os espaços que a escuta psicanalítica pode operar enquanto recurso para lidar com o sofrimento produzido por essa engrenagem social.

Nascimento (2021) afirma que "utilizo o termo 'mulheridades', e não 'mulher', no singular, para demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas" (p.25). Ressalta, portanto, a inviabilidade de considerar estritamente a dimensão biológica para definir quem é mulher. E a que as mulheridades que estão acolhidas nas instituições que o projeto atua estão expostas?

Retomando o alerta feito por Segato (2025), a autora afirma que qualquer nuance de comportamento que possa ser compreendido como 'sair do seu lugar' pode movimentar questões de gênero:

> "Esse 'sair do seu lugar' diz respeito a exibir os signos de uma sociabilidade e uma sexualidade autonomamente geridas ou, simplesmente, a estar fisicamente longe da proteção ativa de outro homem. O mero deslocamento da mulher para uma posição não destinada a ela na hierarquia do modelo tradicional coloca em questão a posição do homem nessa estrutura, já que o status é sempre um valor em um sistema de relações" (p.35)

O homem, portanto, se sentiria ameaçado ao se deparar, minimamente, com traços de uma possível relação de igualdade com a mulher. Assim, a violência contra a mulher demonstra passar, frequentemente, pelo lugar de uma punição direcionada à mulher que ousa sair do seu lugar. Segato (2025) cita o estupro para ilustrar tal dinâmica. Para a autora, "[...] o estupro é um ato canibalístico, no qual o feminino é obrigado a se colocar no lugar de doador: doador de força, de poder, de virilidade" (p.35). Acrescenta-se aqui: de dignidade.

Diante desta colocação, como leríamos a questão dos feminicídios? Nos parece que a prática do feminicídio representaria a instância maior deste ato canibalístico. Não bastaria furtar a força e dignidade da mulher, seria necessário roubar-lhe sua existência. Ainda no sentido de uma punição, muitas vezes, pelo fato de a mulher ter ousado "alterar esse roteiro, romper sua previsibilidade e a fixidez de seus papéis" (p.36).

Portanto, o tornar-se mulher e sê-la, em alusão à frase de Simone de Beauvoir, demanda autorização e legitimação por parte do pacto civilizatório. A mulher necessidade que seu direito de viver seja reconhecido para que possa dar cabo de seu processo. Quanto a isso, retomando a diversidade de mulheridades, sabe-se que a autorização para ser mulher varia conforme sua aparência, ou seja, o quanto seu fenótipo corresponde ao que, costumeiramente, é associado ao sujeito mulher.

Não menos importante, relacionados a esse fenótipo, estão todos os demais marcadores sociais de diferença que atravessam o processo de ser mulher de cada uma. Nascimento (2021) afirma que "os diversos olhares feministas passaram a evidenciar que as questões de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, orientação sexual e nacionalidade têm impacto nas opressões vividas pelas mulheres" (p.35). Assim, a legitimidade de sua existência vai depender dos marcadores sociais que a compõem, bem como os efeitos deles na vida em sociedade, ou seja, o valor atribuído a eles pelo laço social.

Nascimento (2021) acrescenta que "na atualidade, a interseccionalidade constitui uma categoria fundamental para se entender as experiências femininas de modo ainda mais plural,

em que formas de opressões interceptam" (p.35). Ou seja, entende-se não ser mais possível ler um fenômeno sociopolítico sem considerar diferentes marcadores que o constitui, sendo no caso deste trabalho, ser mulher e ser morta.

Se ser mulher está subordinado aos marcadores sociais que o atravessam, pois são eles que, lamentavelmente, vão sinalizar, conforme os discursos hegemônicos, que sujeito se aproxima mais ou menos da categoria mulher, e para ter sua morte legitimada? O que se torna necessário?

Mulheres são mortas, mas não são todas as mortes, isto é, feminicídios, que sensibilizam o laço social do mesmo modo. É justamente ao nos dispormos a escutar outros modos de ser mulher, ou como nomeia Nascimento (2021), outras mulheridades, que a psicanálise pode, em alguma medida, identificar fatores e elementos que contribuem para os impactos ou não do feminicídio de mulheridades específicas, assim como sua possível prevenção.

Acerca das potencialidades da escuta psicanalítica, portanto, ao se dedicar a escutar diferentes sujeitas em variados espaços, Echevarria (2017) declara que

> O exercício clínico da psicanálise ficou, durante longo período, restrito ao consultório particular, trazendo como principal consequência sua elitização. Contudo, após a conceituação do sujeito do inconsciente por Lacan e a melhor delimitação da estrutura da ação analítica, logrou-se expandir a experiência psicanalítica para outros ambientes. Houve, portanto, um avanço na compreensão sobre o dispositivo analítico, que tornou possível, mesmo considerando necessárias algumas adequações, fazer psicanálise em qualquer extrato social, em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista de um lado e sujeito dividido, de outro. Nessa direção, a atuação do psicanalista foi merecidamente ganhando espaço nas escolas, hospitais, comunidades, nos CAPS, CRAS, abrigos, creches, entre outros.

No que se refere aos efeitos de uma prática tradicional, vale ressaltar a herança elitista que a psicanálise tem de lidar até hoje e tenta, arduamente, se recolocar diante deste passado. Ao ocupar outros ambientes na posição de analista, opera-se a possibilidade de se encontrar diferentes sujeitos que desejam saber de si a partir do que os angustia.

Logo, dentre os vários dispositivos que a universidade produz, a prática extensionista se mostra importante aliado neste movimento psicanalítico contemporâneo. No caso da experiência retratada e que embasa este trabalho, a atuação tem se desenvolvido em instituições

que fazem a função de acolhimento a mulheres vítimas de violência e de residência para mulheres trans.

De que modo, portanto, a extensão, enquanto um dos pilares da universidade, pode contribuir como um espaço produtor de prevenção de feminicídios? A primeira possibilidade de contribuição passa pela escuta psicanalítica e seus efeitos. Isso porque ao se dispor a escutar os atores sociais envolvidos em situações que podem se tornar um cenário de feminicídio, faz-se possível identificar fatores, elementos e marcadores que potencializam a morte de diferentes mulheres.

Ao sustentar-se uma escuta a sujeitas que são ameaçadas, estruturalmente, pelas diferentes formas de feminicídio, nos aproximamos de outros sujeitos envolvidos, incluindo seus autores. Ao nos aproximarmos, ainda que apenas pelo discurso de algumas, tem-se a possibilidade de identificar narrativas, dinâmicas, marcadores e certas repetições – inconscientes ou não.

Em um segundo momento, mas não menos importante, ecoar o que sujeitas invisibilizadas e silenciadas não conseguem falar por conta da estrutura social e seus arranjos muito mais convenientes para um determinado gênero. Ao promover maior visibilidade às narrativas de mulheres, a psicanálise contribui para problematizar a questão do desamparo discursivo.

Para Rosa (2016),

> Aliado ao desamparo social deparamo-nos com o desamparo discursivo (que lança o sujeito ao silenciamento que, muitas vezes, acomete alguns segmentos da população), que pode ser orientador na análise de vários fenômenos sociais e efeitos subjetivos. Faz-se necessário abordar os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização de sua incidência no sujeito para pensar a política, mas também a clínica implicada com as questões contemporâneas [...] (p.25).

Seguimos, desse modo, escutando e produzindo novas possibilidades de reinserção e posicionamento de todas as mulheridades que se usufruem do direito de existir no lugar destinado a si ou fora dele. Que possamos criar lugares para existir e não sermos mortas por isso.

REFERÊNCIAS:

ECHEVARRIA, R. Práticas psicanalíticas: o dualismo entre intensão e extensão. Correio APOA. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2017. Disponível em: < https://appoa.org.br/correio/edicao/268/praticas_psicanaliticas_o_dualismo_entre_intensao_e_extensao/486>. Acesso em: 05 ago 2026.

NASCIMENTO, L. C. P. do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SEGATO, R. Estruturas elementares da violência. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2025.

ROSA, M. D. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.